

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	70

## **PARECER 03 CEOF**

**DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 819/2019**, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “institui a livre locomoção aos servidores do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU em todo sistema de transporte coletivo do Distrito Federal, e dá outras providências”.

O nosso parecer é no sentido de que o profissional fardado que não passa na catraca e, necessariamente, não entra pela porta dianteira não vai criar ônus nenhum para o governo. Eu acho até que as empresas deveriam pagar um bônus para o profissional, porque quem não quer ter um técnico profissional do Samu devidamente habilitado e fardado dentro de um coletivo? É uma segurança. Pelo contrário, eu acho que as empresas de ônibus teriam que pagar um benefício para a própria população.

Então, se não há ônus para o governo, eu sou pela admissibilidade e aprovação do projeto, achando que é meritório o projeto do Deputado Jorge Vianna e um benefício para a população, porque, a partir daí, esta passa a andar com mais segurança em termos de saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão.

Eu concordo quase na totalidade com o que disse o Deputado Agaciel Maia. Eu só não sei se o Deputado Jorge Vianna ou alguém combinou

Segue: Larissa

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	71

S/REVISORA HELÔ

Eu concordo aqui quase que na totalidade com o que disse o Deputado Agaciel Maia. Eu só não sei se o Deputado Jorge Vianna ou alguém combinou com as empresas que esses profissionais entrarão pela porta dos fundos dos ônibus, sem girar a roleta, porque eu não conheço nenhum passageiro – a não ser os funcionários das próprias empresas – que entra em ônibus sem girar a roleta. Alguém vai pagar essa conta. Pode ser com alguns benefícios para determinadas categorias do cidadão ou o próprio cidadão.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

Em seguida, à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODEMOS. Para discutir. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, V. Exa. conhece sim, é porque não está lembrado.

O Corpo de Bombeiros, por exemplo, faz isso. Então, não é diferente um indivíduo do Corpo de Bombeiros e um indivíduo do Samu, porque todos estão preparados para emergências.

O Deputado Agaciel Maia falou com muita propriedade. A intenção não é dar essa vantagem a esse trabalhador, a intenção é ter uma segurança. Quantos pacientes não passam mal? Às vezes a ligação para o Samu maldirecionada, malfalada, malinformada pode ocasionar numa ambulância em deslocamento para um lugar que talvez não precisaria.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	72

Então, o profissional do Samu, além das atribuições, tem essa percepção da emergência, do que é emergência, do que é urgência. Naquele local, às vezes, apenas ele pode acalmar um paciente que pode estar numa crise de ansiedade, que para a maioria das pessoas pode ser um infarto. Nós temos esse conhecimento porque somos profissionais.

Então, vai ser muito melhor para a população do que até mesmo para o próprio trabalhador, porque nós estamos falando aqui de uma vantagem, talvez, mas são talvez no máximo quinhentos profissionais que vão utilizar. Talvez no máximo, acho que nem isso, porque a maioria já tem seus veículos e faz sua locomoção através do seu veículo.

Então, acho que é um projeto com que a gente tenta valorizar, logicamente, o profissional, ajudar a comunidade, a população. Olha, a gente já falava disso aqui a toda hora, Deputado Rafael e demais Deputados. É isenção de imposto. A gente agora vai estar aqui no projeto fazendo isenção de imposto de *diesel* para as empresas de ônibus. Estamos a toda hora aqui ajudando os empresários. Ah, mas toda vez que tem um projeto assim, que pode dar um pouquinho de impacto... Estou falando de quinhentas pessoas, aí tem um mínimo de impacto. "Ah, não, porque a empresa não sei o quê..." Eu não preciso negociar com a empresa, não. Nós aqui estamos ajudando as empresas até demais!

Então, seria um excesso aí, uma contrapartida das empresas com relação a esses profissionais que vão ajudar a empresa, pode ter certeza.

Então é isso, Sr. Presidente.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	73

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Eu só quero fazer duas perguntas aqui. São quinhentos profissionais. Falou-se muito da segurança aqui, que seria um privilégio os profissionais estarem dentro dos ônibus. São quinhentos profissionais. Quero saber – só perguntar aqui ao Deputado Jorge Vianna – se são só os médicos e enfermeiros que estão contemplados aqui ou se outros profissionais do Samu, os administrativos, também estão dentro da lei.

DEPUTADO JORGE VIANNA – São todos os profissionais do Samu.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Então, técnicos administrativos, motoristas, todos esses vão estar incluídos na legislação?

Quero fazer outra pergunta: eles têm que estar fardados na legislação que V.Exa. apresentou?

DEPUTADO JORGE VIANNA – Eles têm que estar fardados, Sr. Presidente. Está no projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Bom, hoje temos um número maior de pessoas assistindo a nós. São duzentas pessoas, então acho que é uma oportunidade que nós temos de ir trabalhando um pouco para esclarecimento da sociedade.

Esses contratos que nós temos para transporte coletivo, não há a menor dúvida de que eles precisam ser revistos. Eles são péssimos. Nós estamos falando de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	74

monopólio, é só uma empresa operando em cada bacia. É importante a gente destacar que quem está sustentando esses contratos são esses usuários.

A gente tem uma tendência – e esse é um problema muito grave no Brasil –, que é de o tempo inteiro colocar algumas categorias como mais importantes do que as outras.

Eu indago neste momento: uma pessoa que é caixa de supermercado, ela é menos importante do que um servidor do Samu? Um gari, ele é menos importante? Um estudante? Um desempregado? Porque eu vejo, às vezes, umas inversões de prioridades muito graves aqui. O servidor do Samu é um servidor que está com o seu salário garantido ao final do mês. Ele nem precisa dessa proteção

s/ Pedro

REVISÃO: HELOÍSA

O servidor do Samu é um servidor que está com o seu salário garantido ao final do mês. Ele nem precisa dessa proteção financeira que está sendo dada aqui agora. Eu conheço mulheres que não conseguem pegar ônibus para ir a uma delegacia denunciar abuso.

Que tal se a gente começasse a tratar mais as pessoas, os cidadãos como a Constituição manda: iguais perante a lei em direitos e deveres? Eu vejo que o tempo inteiro se pega uma justificativa. Não há a menor dúvida de que os servidores do Samu são extremamente importantes. Mas será que eles também querem, dentro do ônibus, estar ali para atender alguém, Deputado Jorge Vianna? Para poder prestar um socorro, ele precisa de um aparato, precisa de um instrumento. Ali, naquele momento, ele é

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	75

um cidadão que está se deslocando. Será que ele quer se colocar nesse papel de atender naquele momento? Se alguém morre na mão dele, esse servidor pode ser processado pela família.

Então, vamos lá. A gratuidade que está se dando não é um contrato que está se estabelecendo de prestar serviço para os usuários. Se a intenção é essa, tinha que ser um contrato específico para isso, com as cláusulas de responsabilidade determinando até aonde vai, até aonde não vai, que tipo de atendimento tem que ser exigido.

E é claro que tem um custo, gente! Olha o problema de superlotação que nós temos hoje. Há trabalhador que está sendo obrigado a descer do ônibus porque está lotado, porque a parte de trás está lotada. É claro que isso é levado em consideração. Nós já discutimos isso aqui na Casa. Então, sinceramente, é a mesma lógica da meia entrada. Nós temos 20% de pessoas desempregadas que não têm o que comer e estamos aqui privilegiando, sim, o deslocamento de servidores que têm seus salários assegurados. Vamos tratar pessoas como iguais de uma vez por outra.

Então, eu faço aqui esse apelo. A intenção é boa? É sempre boa, mas não individualizando, sempre colocando em castas, sempre diferenciando as pessoas, e os invisíveis da sociedade brasileira sempre pagando a conta, pagando a conta, pagando a conta. Dane-se se há dinheiro ou não. Tem que se pagar o ônibus para se deslocar. Gente, por favor, vamos aprovar coisa que vá para frente, porque um monte de lei que é aprovada nesta Câmara Legislativa é só para dar trabalho para os advogados

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	76

entrarem com ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade. Eu confesso sinceramente que eu estou cansada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, ela fez a pergunta e me citou.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Jorge Vianna, eu vou passar a palavra ao Deputado Chico Vigilante, depois ao Deputado Leandro Grass. Depois V.Exa. encerra para seguirmos com a votação.

Informo que essa votação precisa ser nominal e há necessidade de 16 votos para aprovação, visto que é um benefício.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registre a minha presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Registro a presença do Deputado Robério Negreiros.

Continua em discussão o parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 819/2019.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro vamos deixar claro que os trabalhadores que têm carteira assinada, não importa qual seja a profissão, têm um vale-transporte concedido através de uma lei federal. Isso está garantido. Auditores do trabalho, que

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	77

têm um salário muito maior do que o pessoal do Samu, têm direito à gratuidade de transporte de ônibus no deslocamento de trabalho se quiserem ir de ônibus. A maioria tem carro e vai de carro. Os auditores têm direito. Os policiais militares do Distrito Federal andam gratuitamente – não é, Deputado Hermeto? – se quiserem andar. Boa parte anda de carro também.

DEPUTADO HERMETO – Acho que nem 5% andam de ônibus.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Pois é. E o governo paga, as empresas recebem. Os carteiros, uma categoria de trabalhadores corretos, também têm a gratuidade. É importante que a gente tenha os profissionais do Samu andando de ônibus para dar um pouco mais de tranquilidade aos passageiros sabendo que podem ser atendidos.

Agora, alguém já se preocupou com os 150 milhões que é parte de isenção de ICMS que está aqui para ser renovada na Câmara?

S/Andréa

de ICMS -Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias, que está aqui para ser renovado, na Câmara, é de 150 milhões, em três anos: próximo a 50 milhões a cada ano. Apresentei umas emendas e estou esperando o dia da votação.

Agora, em um momento de pandemia, enquanto os empresários do transporte estão recebendo – e recebendo muito! – subsídio, que é pago por todos nós, inclusive, por quem não anda de ônibus, diminui-se a frota! Hoje só o Uber estava circulando com 90%. Há empresa circulando até com 50%. Mais abarrotado do que... Eu não digo mais que estão rodando cheios “igual a lata de sardinha”, porque eu já disse aqui

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	78

que a ganância do setor pesqueiro fez com que uma lata de sardinha diminuísse de tamanho e agora só haja dois peixinhos mixurucas dentro.

Portanto, não dá mais para dizer que está “abarroto igual a lata de sardinha”, porque a lata de sardinha só tem dois peixinhos. Os ônibus estão parecendo colmeia ou formigueiro, porque esses têm muita coisa dentro.

Portanto, está de parabéns o Deputado Jorge Vianna. Vamos votar. Eu defendo também o capital produtivo, mas a gente sempre tem de estar preocupado com o social. Se o Poder Legislativo não serve para proteger o social, ele não serve para nada!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o que eu observo é que vários projetos que a gente propôs, ao longo deste ano de pandemia, vêm no sentido de preencher lacunas deixadas pelo governo. Em que sentido? O Executivo poderia ter, desde o início, facilitado o acesso dos trabalhadores de serviços essenciais, o acesso dos profissionais de saúde ao sistema de transporte público, poderia ter facilitado uma série de circunstâncias econômicas da nossa cidade, com mais apoio, com auxílios. É o que a gente vem defendendo, já há alguns meses, e o governo não fez.

Então, quando a produção legislativa vem justamente, muitas vezes até invadindo a competência do Executivo, no sentido de preencher o vazio de gestão, o vazio de atendimento, o vazio de compreensão de urgência e de necessidade, eles

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	79

levantam a tese de inconstitucionalidade. Foi o que aconteceu, em um processo recente, a favor do qual eu votei. Esse projeto foi proposto pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é um mestre na constitucionalidade. S. Exa. teve essa intenção e entendeu que era necessário propor. Entretanto, essa jurisprudência está cada vez mais reafirmada.

A gente precisa, talvez, fazer um movimento diferente, como a gente fez na semana passada. A gente apresentou o documento, assinado pelos 24 Deputados, para que o Governo Federal e lá foi o governador se movimentar para isso.

Eu acho que a gente poderia pactuar, nesta Casa, outras circunstâncias como esta. Se a gente entende que os servidores da saúde devem ter acesso facilitado ao transporte público... Eu particularmente defendo o passe-livre. Eu particularmente defendo o passe-livre, para várias situações, porque acho que é papel do Estado, uma vez que transporte é direito!

Está tudo errado! Está tudo errado em termos de contrato com as empresas, é uma farra, é um cartel!

Esta semana, tivemos novos reconhecimentos de dívida. Cada semana, são 30 milhões ou 40 milhões. Então, se há um tipo de empresário que está surfando na pandemia, esse é o empresário do transporte público, é o empresário dos ônibus, esse é o amigo do governo, por quem o governo tem um grande carinho, um grande apreço! É quem está com o dinheiro no bolso, é quem está com a conta cheia. Agora, os outros, não. Os outros empresários estão se arrebetando. Essa é a verdade.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	80

Então, o que eu gostaria de propor aqui, inclusive, ao Deputado Jorge Vianna e aos demais colegas desta Casa? Que a gente fizesse um movimento de uma indicação coletiva, de uma moção coletiva, para que o governo repensasse o acesso dos trabalhadores ao transporte público, especialmente, o acesso dos trabalhadores de serviços essenciais!

É preciso que, de novo, a gente não aprove a lei, como aconteceu recentemente, e que ela seja declarada inconstitucional. Até porque o Governo do Distrito Federal tem trabalhado muito para declarar inconstitucionais alguns projetos nossos, que vêm justamente, como eu falei, no sentido de preencher o vazio da gestão.

Eu queria dar esta sugestão: quem sabe a gente (inaudível) a jurisprudência estabelecida. evidenciando a inconstitucionalidade deste tipo de iniciativa, muito embora seja considerada meritória e a intenção seja das melhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Eu quero discutir, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ainda votaremos o parecer da CCJ e faremos votação em 1º turno.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODEMOS. Para discutir) - Só para responder aqui à pergunta da Deputada Júlia Lucy, que perguntou se eles poderiam atender, se eles queriam atender os profissionais do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – nos ônibus. Deputada, quando entramos na área de saúde, fizemos juramentos e um dos juramentos é atender, atender e não deixar morrer

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	81

s/MayaraStein

e um dos juramentos é atender e não deixar morrer.

O primeiro princípio do socorro – para quem está me assistindo e para quem conhece como é o socorro – é saber o que fazer e saber o que não fazer. No momento em que tenho uma vítima, um paciente passando mal, tenho de saber o que fazer e o que não fazer. É não mexer na vítima, se não puder mexer. É ligar para o socorro. Isso já faz parte dos primeiros socorros. Então, sim, eles sabem e eles, com certeza, todos nós, da saúde, temos a obrigação moral, além de ética, de atender qualquer paciente que estiver passando mal. É igual ao policial. O policial que está vendo um crime não vai ficar ali fazendo cara de paisagem. Ele vai ter de agir. É obrigatório.

Assim, Deputada, com todo o respeito: não é a primeira vez que discutimos sobre estas questões, de meia entrada ou de passe-livre. Toda vez, há propostas do tipo: “Mas por que o fulano é melhor que o ciclano?” Não, ninguém é melhor do que ninguém. Aqui, todos nós, 24 Deputados, temos o direito de propor. Então, proponha! Proponha a meia entrada para o gari! Proponha a meia entrada para o balconista, porque vamos ajudar a aprovar.

Então, sempre há uma discussão tipo: “Mas ninguém é melhor do que ninguém”. Concordo! Só que a proposta está sendo feita. Estamos fazendo propostas. São várias propostas. Não sou o detentor do conhecimento de tudo o que precisamos na sociedade do Distrito Federal. Por isto, temos 24 Deputados para ajudar. Então, proponha, Deputada. Proponha a meia entrada! Proponha acesso livre! Vá contra os princípios da economia da iniciativa privada, porque a senhora não propõe, já que a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   03   2021	15h10min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	82

senhora defende o segmento privado, mas proponha que votamos. E defendo: qualquer proposta que a Deputada Júlia Lucy fizer de gratuidade e tudo, na empresa privada, vou aprovar com a senhora. Não é discriminação, ninguém é melhor do que ninguém.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODEMOS. Para discutir. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, só para deixar claro: a última votação que fizemos, em 2019, da gratuidade para os bombeiros, foram 14 votos e não 16. Eu, inclusive, votei a favor. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

**O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 2 abstenções, do Deputado Leandro Grass e da Deputada Júlia Lucy.**

A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa a Deputada Jaqueline Silva para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de